

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO SURDA

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Felipe Santos Viana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Silmara Nascimento da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Brenda Luara dos Santos de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Partindo de um questionamento prático, este artigo propõe uma reflexão sobre as práticas psicológicas, principalmente as de caráter psicoterápico clínico, no que diz respeito ao atendimento de pessoas surdas nas instituições de formação de Psicologia em Vitória da Conquista. A discussão é apresentada a partir de um processo de pesquisa através de entrevistas semiestruturadas. Na análise dos resultados, foram destacados os núcleos de significação relacionados ao atendimento em psicologia à população surda e formação profissional do psicólogo. Com base nos relatos coletados, pode-se chegar a conclusão de que existe uma lacuna no processo formativo do profissional psicólogo, como também uma consequente escassez de demanda da população surda nos serviços de Psicologia nas instituições de ensino superior da cidade. Finalmente, o artigo propõe uma intervenção baseada na parceria entre os Grupos de Trabalho do CRP e instituições de ensino em Psicologia, atuando na formação continuada dos professores de Psicologia das instituições de ensino superior em Vitória da Conquista, na promoção de eventos sobre o tema da surdez e da cultura surda, e na reformulação dos currículos das graduações em Psicologia de modo a abarcar as demandas da comunidade surda.

Palavras-chave: Surdez. Clínica-Escola. LIBRAS.

Introdução

O presente artigo buscou fazer uma análise da formação e prática do(a) psicólogo(a), no que concerne ao atendimento da população surda em serviços psicológicos das instituições de ensino superior do município de Vitória da Conquista, Bahia. O trabalho é resultado da pesquisa realizada como critério avaliativo para o componente curricular “Psicologia das Necessidades Educacionais Especiais”, do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O estudo surgiu da inquietação em compreender se os serviços psicológicos oferecidos pelas instituições de ensino de psicologia, especificamente nas clínicas-escola, não têm atingido os usuários da comunidade surda. Qualificados como atendimentos voltados à toda a

comunidade externa, é necessário que eles sejam acessíveis também à pessoa com deficiência. Foi a partir dessa preocupação que percebeu-se a necessidade de entender como o saber psicológico vem inspirando não apenas nas práticas clínicas, mas como tem se implicado no estudo da surdez.

A psicologia brasileira no estudo da surdez

A língua de sinais, embora datada sua utilização no século XVIII, foi somente a partir dos anos 60 que ela entrou em debate no campo educacional (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007). Predominou-se entre os saberes que se relacionam com o estudo e intervenção sobre a surdez um modelo de normatização clínico-terapêutico, responsável pela imposição de uma visão sobre o surdo relacionada à patologia, à anormalidade e que, conseqüentemente, coloca a língua oral, como condição para o desenvolvimento cognitivo (SKLIAR, 1997). Segundo Skliar (1997), a condição da pessoa surda era vista como um problema médico, passível de correção auditiva, treinamento de habilidades, correção da fala ou oralização do indivíduo: as escolas passaram a tratar as crianças surdas como pacientes ao invés de estudantes.

De acordo com Bisol, Simioni & Sperb (2007), é também na década de 60 que as críticas ao modelo clínico-terapêutico começaram a surgir, com pesquisas evidenciando a complexidade e naturalidade da língua de sinais. Observações no campo antropológico e sociológico fortaleceram os questionamentos ao critério de normalidade proposto pelo modelo que vigorava, mostrando que crianças surdas, filhas de pais surdos, apresentavam níveis satisfatórios de desenvolvimento intelectual e socioafetivo (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007). É nesse mesmo período que a psicologia brasileira se interessa pelo estudo da surdez - estágio de sistematização da educação dos surdos no Brasil, principalmente com o surgimento dos principais institutos especializados nesse campo no país (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007).

A regulamentação da psicologia como profissão no Brasil durante o período em que o país enfrenta uma ditadura, acarreta em seu desenvolvimento sob bases liberais: pautada em uma perspectiva individualista, pouco voltada às dimensões sócio-político-históricas do ser humano (OLIVEIRA; PAIVA, 2016). A formação profissional era então orientada para uma prática clínica tradicional, de ajustamento e adaptação dos sujeitos à realidade social (OLIVEIRA; PAIVA, 2016) e isso refletiu-se na escolha do modelo clínico-terapêutico para abordar a surdez, que concebe o indivíduo surdo de maneira reducionista e igualmente desconsidera as variáveis não-individuais.

É somente na década de 80, diante do retorno das contribuições de Vygotsky a discussão, que o modelo socioantropológico ganha fôlego entre os estudiosos brasileiros da surdez (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007). Sob outro paradigma, os pesquisadores passam a questionar concepções que não se atentam à mobilidade do contexto de desenvolvimento da criança, que deve ser entendido como um processo transpassado pelas experiências adquiridas na interação com o outro, com a cultura (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007).

Pensando para além do modelo clínico-terapêutico

A abordagem clínico-terapêutica da surdez ratificou durante muito tempo diversas violências e preconceitos sobre o sujeito surdo. A população surda carrega um estigma sócio-histórico, que vai além da dificuldade de comunicação oral e que foi respaldado na ausência de leis específicas de proteção da cidadania surda. Eis como exemplo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial somente em 2002, através da lei 10.436. Um reconhecimento legal bastante tardio, tendo em vista que a comunicação oral é reconhecida a milhares de anos. E, como consequência da ausência de uma educação bilíngue, a dificuldade em comunicar-se oralmente prejudica a pessoa surda na garantia de seus direitos e deveres como cidadão, de utilizar o mundo tal qual lhe for necessário, de se organizar politicamente.

Outro ponto essencial na manutenção da desigualdade social entre surdos e ouvintes é a ausência de estudos sobre as pessoas e a população surda pela psicologia, tendo em vista que conceitos psicológicos são elaborados a partir de uma condição de “normalidade”, como afirma Cromack (2004). Dessa forma, condições atípicas, como a surdez, ainda são vistas como limitantes, desviantes, e não como constituintes de sujeitos potencialmente capazes de escrever sua história no mundo, a partir da elaboração de suas identidades. Isso reflete-se em práticas ineficientes no estabelecimento de um vínculo profissional com as pessoas que procuram os serviços de atendimento.

A proposição do modelo socioantropológico é de que o tratamento ao indivíduo se configura enquanto um problema sociocultural, já que a pessoa surda tem capacidades plenas de estabelecer uma comunicação espaço-visual tão competente quanto os ouvintes no uso da comunicação oral-auditiva (CHAVEIRO; BARBOSA; PORTO, 2008). E, para além das dificuldades comunicativas com um mundo majoritariamente ouvinte, a história de pessoas surdas não se compõe apenas de estigmas, mas também de cultura e identidade, pois ao compartilhar uma língua própria, uma rede de significados e experiências materiais comuns se instaura entre os sujeitos surdos. Agora, ao mesmo tempo que interagem com padrões

comunicacionais com ouvintes, se reconhecem enquanto membros de um grupo maior e abrem espaço para a construção de uma identidade surda (SOUZA, 1998).

Hoje, além da lei 10.436 sobre o reconhecimento da LIBRAS pelo Estado e instituições públicas, o próprio código de ética do profissional em psicologia é composto por princípios fundamentais que abarcam uma nova visão da pessoa surda, dentre eles: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7). Desse modo, uma área de conhecimento que se propõe a práticas que diminuam estigmas, proponham acolhimento, e que considere as múltiplas formas de existir necessita de uma efetividade dessas proposições no atendimento à comunidade como um todo e em suas complexidades. E tal efetividade perpassa a defesa não apenas da educação bilíngue, mas do bilinguismo em toda prática profissional.

Objetivos

O objetivo da pesquisa se constituiu tendo em vista compreender como as Instituições que possuem cursos de Psicologia em sua grade estão formando seus discentes no que concerne ao atendimento da população surda, principalmente no contexto clínico. Assim, buscou-se uma análise de como, no processo formativo dos profissionais em psicologia, seja na ementa ou na prática profissional, se insere a temática da pessoa com deficiência, com enfoque na surdez.

Para isso procurou-se obter informações sobre a prática de estagiários de Psicologia, em clínicas-escolas da cidade, a partir da compreensão de suas falas e do sentido que davam às suas experiências. Com a entrevista, de modelo semiestruturada, delimitar o assunto tratado, porém abrindo espaço para a visão dos sujeitos entrevistados. Os dados investigados se relacionavam com a experiência de atender pessoas surdas durante as atividades práticas da instituição, de caráter clínico-psicoterápico, e com a formação do currículo acadêmico.

Ademais, com os resultados da pesquisa, é apresentada uma proposta de como poderia-se intervir nos eixos de formação e prática profissional.

Metodologia

O método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, no formato de questionário, que foi aplicada por amostragem aleatória com quatro estudantes do curso de

Psicologia em 2 instituições de ensino de Psicologia da cidade, sendo dois dos discentes de uma instituição pública e os outros dois de uma instituição particular.

Aqui, compreende-se por entrevista semiestruturada aquela que apesar de conter um roteiro pré-definido para obtenção de dados comparáveis entre os sujeitos, não se prende à essa estrutura e deixa entrevistado e entrevistador à vontade para discutirem sobre pontos além do roteiro (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Ademais, “entendidas como um instrumento rico que permite acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e os significados” (AGUIAR, SOARES E MACHADO, 2015) o método de entrevista fez-se adequado para o passo posterior, referente à análise dos dados.

A análise do material coletado a partir das entrevistas foi realizada de acordo com a proposta metodológica de núcleos de significação, baseada nos fundamentos epistemológicos da perspectiva sócio-histórica. Sendo utilizada como instrumento no processo de apreensão das significações que o sujeito atribui à realidade, na relação com esta, sabendo-se que, a compreensão do objeto investigado só ocorre quando o pesquisador se aproxima das determinações sociais e históricas destes, como afirmam Aguiar, Soares e Machado (2015).

A organização em núcleo de significação consiste na identificação de pré-indicadores, entendidos como conteúdos que expressem sentido na fala dos entrevistados, após passa-se à etapa da organização destes em indicadores, ou seja, a aglutinação de pré-indicadores que se relacionam. Por último, a construção e análise dos núcleos de significação, que devem ser construídos de modo a sintetizar as mediações constitutivas do sujeito, a partir da sua fala.

Resultados e Discussão

A coleta de dados foi realizada no intuito de sondar as instituições de ensino superior, nas quais exista um curso de psicologia, como lidam com atendimento psicológico à população da pessoa surda e, se caso exista essa demanda no serviços de psicologia, como se dá. A pesquisa visa também saber se o processo acadêmico inclui matérias em sua grade, que abarca essa temática na graduação. Na análise dos resultados foram destacados núcleos de significação, acerca dos eixos temáticos destacados, que implicam no atendimento em psicologia à população surda e formação profissional do psicólogo.

No que concerne ao atendimento psicológico às pessoas surdas, todos os entrevistados alegaram a existência de especificidades, embora nunca tivessem atendido um caso em questão no serviço de Psicologia de suas respectivas instituições. Apenas um entrevistado explanou sobre tais especificidades, trazendo à tona também a discussão sobre o conhecimento da cultura

da comunidade surda, que vai além da língua e que este tema também deveria incorporar a formação acadêmica. Sobre esta questão Santana & Bergamo (2005, p. 572) definem:

O biculturalismo designa o conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por e para os ouvintes. É, portanto, uma cultura de adaptação à diferença e produtora de elo social.

Nas quatro entrevistas os participantes afirmaram não ter conhecimento de como atender uma pessoa surda no serviço, sugerindo desde a utilização de recursos improvisados como a escrita, até o encaminhamento para algum profissional especializado. Insere-se aqui a questão de que alguns entrevistados não sabiam sequer de algum caso de pessoa surda procurando o serviço, apontando para a discussão de que essa população se vê impossibilitada de procurar atendimento gratuito devido a barreiras comunicacionais desde os primeiros níveis. Sobre os serviços de saúde, Nóbrega, Munguba & Pontes (2017) acrescentam que há uma barreira não apenas comunicacional, mas atitudinal e que, interferindo nas relações interpessoais entre surdo e ouvinte, limita uma importante diretriz de funcionamento da promoção de saúde: o exercício da autonomia e a liberdade de escolha dos indivíduos.

A respeito da formação acadêmica dos profissionais, os itens indicados pelas falas foram a falta de uma matéria obrigatória de LIBRAS, fundamental para a comunicação em um atendimento, fazendo com que a especialização nesta área aconteça a partir de uma iniciativa individual. Em um dos relatos vemos a associação deste fato com a segregação dos surdos dos acesso aos serviços de psicologia, um aluno entrevistado da instituição privada comenta: “a gente forma pra, teoricamente, receber qualquer tipo de demanda e quando não somos, tipo, obrigados a ter esse tipo de especialização meio que a gente segrega, porque a gente só, no caso, só são permitidos à essas pessoas acesso à esses psicólogos”.

Somado ao fato anterior, as entrevistas mostraram que a pauta da surdez não está dentro da formação em Psicologia nas instituições locais, que se torna evidente quando todos os estudantes afirmam que a entrevista foi o primeiro momento em que se implicaram a refletir sobre o tema. Coloca-se em questionamento a invisibilidade dos sujeitos surdos na Psicologia, reflexo de uma sociedade excludente que prioriza a linguagem oral e como afirma Santana e Bergamo (2005), são desconsideradas suas potências como seres humanos, rebaixando-os a uma “categoria inferior”.

Percebe-se que os relatos continham uma expectativa dos alunos em direção às instituições de ensino, para que elas se adaptem à realidade da população surda, na qual a

obrigatoriedade e aumento da carga horária da matéria de LIBRAS seriam um primeiro passo. Um dos entrevistados complementou dizendo acreditar que esta formação deveria acontecer desde o ensino básico, pois a graduação é insuficiente para tal fim.

Os entrevistados apontaram também para o fato de que qualquer projeto que tratasse da surdez tinham que partir da iniciativa dos discentes, e se em alguma circunstância fosse exigido esse conhecimento do uso de libras do graduando, o atendimento com a pessoa surda aconteceria por meio de improviso. O aprofundamento sobre a cultura e a linguagem de libras ficam por conta da especialização e a atitude individual de cada discente.

Esse questionamento se relaciona com pergunta que é elucidada no início da pesquisa: por que os estudantes de psicologia não têm no seu currículo disciplinas que abranjam a segunda língua oficial do nosso país, apesar do Decreto 5.626, que:

prossegue apresentando a inclusão da Libras como disciplina curricular a ser oferecida obrigatoriamente nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CASSIANO, 2017, p. 6).

O decreto deixa pistas sobre a resposta, salientando a obrigatoriedade de ter a disciplina de LIBRAS apenas na formação de professores. Isso abre margem para que em outros cursos de graduação a realização da disciplina seja facultativa, podendo ser ofertada apenas como optativa.

Possibilidades de intervenção

Pode-se concluir que, de acordo a pesquisa realizada, o atendimento em Psicologia à população surda nos serviços das instituições de nível superior em Vitória da Conquista é insuficiente ou praticamente inexistente. Na seção anterior, foi demonstrado a partir das entrevistas, uma formação acadêmica deficitária do profissional psicólogo no que diz respeito ao atendimento de pessoas surdas. Portanto, é cabível pensar e supor a relação que este dado tem não só com a falta de preparo na graduação do profissional, como também uma consequente escassez de demanda da população surda nos serviços de Psicologia nas instituições de ensino superior.

Atualmente a surdez é considerada a condição do indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais para a comunicação. Sabe-se que a expressão da linguagem é passível de inúmeras variações e arranjos, mas só é possível a

comunicação se as partes envolvidas possuem repertório compartilhado suficiente para entender o que está sendo expressado.

De maneira prática, podemos fazer o exercício de pensar no processo envolvido na aprendizagem de alguma língua, qualquer que seja, de forma que possibilite uma comunicação eficiente entre as partes. Com certeza é um processo longo que envolve vários níveis e métodos de aprendizagem, pois a língua não é só um conjunto de regras gramaticais, mas ela expressa, sobretudo, sentidos e significados dados por uma determinada cultura.

Assim, parece-nos distante supor que o ensino de uma disciplina, no curso de Psicologia, que ensina conceitos básicos sobre a LIBRAS seja suficiente para possibilitar uma atuação minimamente democrática às pessoas surdas. É necessária, para além disso, a existência de práticas concretas que insiram a cultura surda nas discussões da Psicologia de forma eficiente e total, o que pode começar com a instauração da obrigatoriedade da disciplina nos cursos de formação da área da saúde.

Em 2019 foi criado, junto ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia, o Grupo de Trabalho Psicologia Bilíngue para Pessoas Surdas¹. Esse Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo sensibilizar estudantes e profissionais de Psicologia para a importância do atendimento psicológico bilíngue (Libras - Português), contribuindo para a garantia do acesso destas pessoas a todos os serviços prestados pelos profissionais desta categoria. Suas principais ações se dão na promoção de eventos temáticos, elaboração e publicação de artigos sobre a temática bilíngue, tradução para a Libras, de documentos e legislações do sistema conselhos, articulação com outros GTs para discussões e estabelecimento de contato e parcerias com instituições para a construção de diálogos (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Perante o exposto, faz-se possível a proposta de intervenção baseada na parceria entre os Grupos de Trabalho que atuam nesse sentido, a nível regional, e instituições de ensino em Psicologia, atuando em três sentidos: a) na formação continuada dos professores de Psicologia das instituições de ensino superior em Vitória da Conquista, b) promoção de eventos sobre o tema da surdez e da cultura surda, que envolvesse as esferas acadêmica, do Conselho e comunidade como um todo, e c) propor a reformulação dos currículos das graduações em Psicologia de modo a abarcar a temática surda de maneira mais frequente.

Além disso, é interessante que o Conselho atue na orientação dos profissionais a partir da criação de referências técnicas específicas ao atendimento da população surda, dado a inexistência destas. E finalmente, a criação de um GT local, mediado e orientado pelas

¹ Contato do GT: gtpbs@crp03.org.br

discussões e ações do Grupo de Trabalho Psicologia Bilíngue para Pessoas Surdas (GTBPS), composto por profissionais da Psicologia que atuam como professores na graduação de Psicologia nas universidades na cidade de Vitória da Conquista. Desta forma, é possível alcançar a atuação de psicólogos de forma abrangente e integrada, se afastando da concepção individual que permeia o trabalho universitário, e estabelecendo um diálogo com a população, tanto ouvinte quanto surda, de discussões acerca do tema.

Considerações finais

Apesar de a discussão sobre os direitos da comunidade surda estar pautada principalmente dentro de políticas sociais, é imprescindível compreender que elas estão inseridas dentro de um Estado capitalista, caracterizado por tratar das questões sociais de maneira desarticulada e desligada da emancipação política da população (OLIVEIRA; PAIVA, 2016). Dito isso, não se deve perder de vista que a condição primordial para que se construa uma sociedade igualitária passa pela reflexão constante da finalidade da práxis psicológica: se ela tem atuado na produção de fissuras ou na solidificação das estruturas de opressão inerentes da contradição entre trabalho e capital (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Um exemplo de manutenção dessas estruturas pode ser observado nas práticas que invisibilizam sujeitos fora da “norma” entendida, muitas vezes, como o ponto de partida dos estudos e das práticas psicológicas, que priorizam uma determinada cultura que, neste caso, é a falante. A surdez, pode ser vista pelo corpo social, muitas vezes, como uma condição limitante e tratada, dentro da própria ciência, a partir de ideias capacitistas. Portanto, se faz importante reelaborar as compreensões da própria Psicologia sobre o tema, para que atuações não sejam realizadas a partir de limitações, mas sim a partir das potencialidades dos sujeitos surdos, do respeito à sua cultura e da defesa de seus direitos. A ausência da palavra oralizada por si só, não reduz a humanidade concreta que habita em todo sujeito; mas numa cultura que, mesmo a partir da mera negligência, isola as diferenças, humanidades são mutiladas.

Portanto, a formação do psicólogo como foi abordada na pesquisa não tem como propósito o estudo bilíngue, e de, todo o universo e cultura da pessoa com surdez. Durante a graduação ela só é apresentada especificamente em matérias optativas, observando que, se faz necessário repensar o currículo acadêmico, de forma que integre essa população, onde ela também possa utilizar dos serviços que a psicologia pode proporcionar.

Finalmente, deve-se reiterar o quanto for necessário o papel do psicólogo na defesa dos direitos humanos e a garantia da promoção de saúde. A segregação e inacessibilidade dos

serviços de Psicologia das instituições de ensino superior em Vitória da Conquista é um dado significativo que coloca em discussão a postura ética dos profissionais psicólogos na defesa dos Direitos Humanos a partir da promoção em saúde. Portanto, faz-se necessário que medidas efetivas sejam tomadas na intenção de solucionar problemas estruturais, em busca de uma Psicologia ética, sobre todos, para todos e feita por todos.

Vale ressaltar a importância de pesquisas na área do bilinguismo, não só na psicologia mas, em todos os âmbitos da saúde, educação, lazer, dentre outros, pois é direito como cidadão, que a pessoa surda goze dos direitos de estar no mundo e usufruir o que está sendo apresentado por este. É notório que, a surdez tem suas especificidades e cabe todas as áreas contribuir de forma acessível, para que todos se utilizem deste serviço tão importante que a psicologia pode proporcionar e gerar, a nível individual com suas questões, e também pela subjetividade de quem procura o serviço, e que o encontre, acessível e com qualidade, para todos.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000100056&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BISOL, Cláudia A.; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, n. 21(3), p. 392-400. dez. 2007.

BOGDAN R. C.; BIKLEN S. K. Trabalho de campo. In: _____. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora LDA, 1994b. p. 113-143

CASSIANO, Paulo Victor. O surdo e seus direitos: os dispositivos da lei 10.436 e do decreto 5.626. **Revista virtual da cultura surda**, n. 21. mai. 2017.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais de saúde. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, n. 42, p. 578-583. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/41774/45412>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 68-77, Dec. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Abr. 2021.

NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, J. R. S. Atenção à saúde e surdez: Desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Promoção de Saúde**, Fortaleza, n. 30, p. 1-10. jul-set. 2017.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de.; PAIVA, Ilana Lemos de. Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA JR., Fernando. **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 142-156.

PSICOLOGIA, CONSELHO REGIONAL DE. **GTPBS** – Grupo de Trabalho Psicologia Bílingue para Pessoas Surdas. Disponível em: <<https://www.crp03.org.br/comissao/direitos-humanos/gtpbs-grupo-de-trabalho-psicologia-bilingue-para-pessoas-surdas/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PSICOLOGIA, XIII PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: _____. (Org.). **Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 75-107.

SOUZA, R. M. de. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOBRE AS AUTORAS:

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos

Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Instituição do nível mais alto de formação (sigla); Instituição em que trabalha/estuda- País; Programa de Pós-Graduação em que atua ou estuda; Grupo de Pesquisa de que faz parte; Bolsista de XXXXX (se houver). E-mail: 201520862@uesb.edu.br / emanuelizequinelli@gmail.com.

Felipe Santos Viana

Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro bolsista no Grupo de Estudos em Psicolinguística e Desenvolvimento Fonológico (GEPDEF), pesquisando na área de Desenvolvimento Linguístico e Formação da Personalidade. Membro da linha 3 do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP). E-mail: 201521044@uesb.edu.br / felipxviana@gmail.com.

Silmara Nascimento da Silva

Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro da linha 3 do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP). E-mail: 201520752@uesb.edu.br / silmara.nascs@gmail.com.

Brenda Luara dos Santos de Souza

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade (DFCH/UESB) e Psicóloga (CRP03-12716); Coordenadora do Grupo de Estudos em Cultura e Trabalho (GECULT). E-mail: brendaluara.academico@gmail.com.